

TJ-SP aprova planejamento estratégico para o período 2021-2026

Na última sessão do ano, o Órgão Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo aprovou, por unanimidade, o Planejamento Estratégico da Corte para o período 2021-2026. O documento reúne 22 objetivos estratégicos que deverão ser perseguidos pelo Judiciário paulista nos próximos seis anos.

Jorge Rosenberg



TJ-SP TJ-SP aprova planejamento estratégico para o período 2021-2026

Entre as metas, estão a adequação da força de trabalho, a estruturação do orçamento anual com base nos projetos prioritizados no planejamento estratégico, o aprimoramento dos recursos e da governança de TI (investimentos em informatização) e a otimização do uso de prédios e espaços.

Para elaboração do plano, a direção do TJ-SP consultou magistrados, servidores, advogados e o público externo. "O documento reúne conceitos que representam o que há de mais atual em termos de gestão, seja pública ou privada, sem os quais mais difícil seria administrar a grande máquina que representa o Judiciário paulista", afirmou o presidente do tribunal, desembargador Geraldo Pinheiro Franco.

De acordo com o plano, os objetivos de orçamento tornaram-se a base das demais metas. Isso porque será necessário investir recursos financeiros no aprimoramento da gestão de pessoas, da infraestrutura física e da tecnologia de informação.

"Pessoas capacitadas com recursos tecnológicos adequados poderão gerir melhor unidades judiciais e administrativas, aprimorando-se a comunicação e os fluxos entre diversos setores, ensejando maior produtividade, revertendo-se em celeridade de julgamentos dos processos, ou ainda, em redução do número de casos novos", diz o plano.

Uma das diretrizes do planejamento é justamente ampliar as ações para consolidar o TJ-SP como instituição digital, com especial atenção à proteção de dados pessoais e à segurança da informação. A ideia é digitalizar, até 2026, todos os processos físicos da Justiça paulista e promover serviços digitais para facilitar cada vez mais a prestação jurisdicional aos cidadãos.

O plano também prevê o aperfeiçoamento das unidades judiciais, do fluxo de trabalho e dos "gargalos" do Judiciário. Para isso, estão previstas, por exemplo, a implantação de pelo menos 15 Unidades de Processamento Judicial (UPJs) por ano na capital e no interior e a extinção de 20% dos processos de

execução fiscal em andamento, por meio da gestão do acervo junto às prefeituras e à Fazenda Estadual.

Date Created

22/12/2020